



**PL 1928/2019**  
**00014**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**EMENDA Nº - CAS**  
**(PL 1928 de 2019)**

Suprima-se o artigo 82-A da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, na forma dada pelo Art. 1º da emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 1928, de 2019.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em sua redação original, o artigo 82 da Lei 13.445/2017 estabelece as circunstâncias nas quais não se concederá a extradição.

Dentre as hipóteses previstas na referida norma, seu inciso IX veda a extradição quando “o extraditando for beneficiário de refúgio, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, ou de asilo territorial”.

Por sua vez, a Lei Brasileira de Refúgio, ao dispor sobre a extradição, determina expressamente:

*“Art. 33. O reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.*

*Art. 34. A solicitação de refúgio suspenderá, até decisão definitiva, qualquer processo de extradição pendente, em fase administrativa ou judicial, baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.*

*Art. 35. Para efeito do cumprimento do disposto nos arts. 33 e 34 desta Lei, a solicitação de reconhecimento como refugiado será comunicada ao órgão onde tramitar o processo de extradição.”*

A vedação ao seguimento de pedido de extradição relacionado às razões que ensejaram o próprio reconhecimento da condição de refugiado existe justamente porque, muitas vezes, pedidos de extradição são instrumentos utilizados pelos Estados para a perseguição de pessoas forçadas a migrar para se proteger.



SF/19244.68135-77



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

É por esse motivo que até mesmo o Estatuto do Estrangeiro, mesmo sendo uma lei representativa do modelo securitário vigente durante a ditadura civil-militar, vedava deportação e expulsão que implicassem extradição inadmitida pela lei brasileira. Vedação que foi mantida pela Lei 13.445/2017 e que não pode ser relativizada, sob pena de o Estado brasileiro corroborar perseguição engendrada pelo país requerente.

É para impedir que uma pessoa perseguida politicamente em seu estado de origem seja entregue ao governo que a persegue, sendo privada de seus direitos e garantias fundamentais – essencialmente distinta de persecução criminal legal e legítima – que essa norma existe.

Autorizar o processamento de extradição enquanto perdura o processo administrativo de reconhecimento da condição de refugiado é legitimar possível perseguição. A suspensão do processo de extradição de solicitante de reconhecimento da condição de refugiado é uma das formas de tornar eficaz o próprio princípio do *non refoulement* – consagrado no artigo 7, §1º, da Lei nº 9.474, de 1997 – verdadeiro cerne do Direito Internacional das Pessoas Refugiadas.

Tal princípio, norma *jus cogens* consagrada na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, ambas incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, deve gozar de primazia perante outras regras e preocupações de ordem nacional e segurança pública.

Logo, em razão do potencial de dano à vida, liberdade, integridade física e mental do solicitante de refúgio combinada à aplicação da cláusula de *non-refoulement*, a tramitação do pedido de refúgio deve ter prioridade sobre outros processos administrativos e/ou jurídicos. Trata-se de uma interpretação teleológica do ordenamento jurídico brasileiro que tem como princípio basilar a dignidade da pessoa humana consagrada na Constituição Federal.

Neste contexto, para a discussão em tela há necessidade de análise especializada sobre o risco de devolução da pessoa solicitante. Essa análise só pode ser feita mediante a apuração das circunstâncias objetivas do país de origem e subjetivas do solicitante, avaliadas por meio da entrevista que deve instruir o processo de reconhecimento da condição de refugiado.

A supressão do Art. 82-A do texto incorporado ao PL 1928/2019 é, pelas razões expostas, indispensável para que o princípio da não devolução seja preservado, garantindo ao



SF/19244.68135-77



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

solicitante que eventual pedido de extradição seja processado somente após decisão definitiva acerca de sua condição de refugiado no Brasil.

Sala da Comissão,

Senador **PAULO PAIM**  
**PT/RS**



SF/19244.68135-77